AGROANALYSIS

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

VOL. I - N.º 15 2 DE SETEMBRO DE 1977

PERIODICOS

BIBLIOTECA KARL A BOEDECKER
ESCOLA DE ADM DE EMPRESAS
FGV ATT TANIA RODRIGUES MENDES
AV 9 DE JULHO 2029 10 ANDAR
SAO PAULO SP

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

AGROANALYSIS é uma publicação quinzenal de análise da conjuntura agropecuária, editada pelo Grupo de Informação Agrícola.

COORDENADOR Paulo Rabello de Castro

QUADRO TÉCNICO Ailton Coentro Filho
Bruno Marcus Rangel Pessanha
Roberto Moreno Moreira

José Marcos Lemos Fochi
Moema Unis Benevides
Regis Norberto da Cunha Alimandro

Antonio Roberto Marques Gonçalves
Fernando Roberto de Freitas Almeida
Francisco Antonio da Fonseca Menezes
Inês Teresa Lyra
Itazil Fonseca Benício dos Santos
Ivan Wedekin

DOCUMENTAÇÃO Maria Eunice Rocha

Agroanalysis. v. I – , n. 1 – ; 1977 –
Rio de Janeiro, Grupo de Informação Agrícola.
v. ilust. 30cm Quinzenal

1. Agricultura – Periódicos. I. Grupo de Informação Agrícola.

CDU 631(05)

Grupo de Informação Agrícola
Av. Gomes Freire, 647 – 10º andar – ZC-58
Fones: 232-5001, 232-6827, 232-8678 e 232-2548
Telex: 212-3840 FGVE BR
20000 – Rio de Janeiro – RJ
BRASIL

AGROANALYSIS

BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
Escola de Administração de
Empresas de São Paulo

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

vol. I nº 15 2 de setembro de 1977

SUMÁRIO

ANÁLISE DA QUINZENA

Feijão: o ônus da marginalidade de um produto de abastecimento interno (pág. 2)

COMENTÁRIOS DA QUINZENA

Café: como conciliar política de sustentação de preços com superávit na balança comercial de 77 (pág. 11)

Sementes de Soja: produtor de sementes deve ter tratamento diferenciado (pág. 13)

Soja: tentativa de ressureição de preços na estimativa liberada pela American Soybean Association? (pág. 15)

Têxteis: o impasse da indústria têxtil nacional pode prejudicar intenção de plantio da região meridional (pág. 17)

NOTAS ESTATÍSTICAS

Feijão: uma análise de área plantada e rendimento físico (pág. 20)

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

ANÁLISE DA QUINZENA

Feijão: o ônus da marginalidade de um produto de abastecimento interno.

O Brasil, atualmente o 3º produtor mundial, ocupou a liderança na produção e consumo de feijão durante largo período, sendo superado pela India a partir de 74 e pela China em 76. O feijão brasileiro é uma cultura de subsistência, plantado basicamente em minifúndios,onde a prática da consorciação é muito difundida. As sementes usadas no plantio são de baixa qualidade, principalmente porque,sendo a quantidade de sementes melhoradas muito reduzida, os produtores costumam usar parte do feijão colhido como semente para a safra seguinte. Este processo acarreta uma degenerescência do potencial genético das sementes, além de perpetuar a transmissão de doenças, na ausência de controle fitossanitário. Vale notar que as sementes melhoradas constituem apenas 1% do total usado para o plantio, situação agravada ainda pela extrema sensibilidade do feijoeiro ao ataque de pragas e doenças e às condições climáticas adversas. Neste aspecto, tem sido crescente a quebra de produção devido ao "mosaico dourado" com a expansão das culturas de soja e algodão acima do paralelo 24, principais hospedeiras do vetor da doença. O problema se agrava diante do elevado número de variedades existentes (cerca de 3.000) , que dificulta a padronização e prejudica o rendimento agrícola.

A tabela 15.A apresenta a evolução da área, rendimento físico e produção da cultura brasileira, a partir de 1968. A produção brasileira, à exceção dos anos 71, 72 e 76, vem-se apresentando razoavelmente estável. Como o crescimento da área colhida é positivo, embora lento, constata-se a contínua redução da produtividade a partir de 73. (Ver Notas Estatísticas).

TABELA 15.A

BRASIL

FEIJÃO*: PRODUÇÃO, ÁREA E PRODUTIVIDADE 1968-1976

ANO	ÁREA COLHIDA 1.000 ha	ÍNDICE DE CRESCIMENTO	PRODUÇÃO t	ÍNDICE DE CRESCIMENTO	PRODUTIVIDADE kg/ha
1968	3.663	100,0	2.419.677	100,0	661
1969	3.633	99,2	2.199.974	90,9	606
1970	3.485	95,1	2.211.449	91,4	635
1971	3.936	107,5	2.687.989	111,1	683
1972	3.941	107,6	2.676.225	110,6	679
1973	3.815	104,2	2.228.940	92,1	584
1974	4.163	113,7	2.238.021	92,5	538
1975	3.977	108,6	2.270.747	93,8	571
1976	4.038	110,2	1.842.262	76,1	456

* Todos os Tipos.

Fonte: CFP

Elaboração: Grupo de Informação Agrícola

A produtividade do feijão brasileiro sempre foi baixa frente dos países mais desenvolvidos como Canadá, EUA e Japão. Deve ser motivo de preocupação, entretanto, o aumento da defasagem entre estes países e o Brasil. No período 61-65, a produtividade brasileira era equivalente à 43%, 46% e 57% das produtividades canadense, norte-americana e japonesa, respectivamente. Em 76, estes valores foram de 32%, 35% e 35% em relação aos mesmos países. E observe se que, exceto no Japão, o rendimento físico decresceu entre o período citado e 1976, conforme a tabela 15.B.

TABELA 15.B

FEIJÃO: PRODUTIVIDADE EM 61-65 E 76, POR PAÍSES

(kg/ha)

ANOS	BRASIL	CANADÁ	EUA	JAPÃO
61-65	656	1510	1433	1144
76	456	1433	1299	1321

Fonte: FAO, FIBGE (Brasil)
Elaboração: Grupo de Informação Agrícola

O nível de tecnologia empregado na cultura da leguminosa é baixo, não só porque é uma lavoura praticada por pequenos produtores (de baixa renda), como também pela atomização das propriedades, dificultando a difusão de informação. Não é prática comum a correção do solo nem o uso de defensivos e fertilizantes. No entanto, pode-se notar em regiões do Paraná (maior produtor brasileiro) e do Rio Grande do Sul uma resposta imediata à assistência técnica: no pequeno número de propriedades que tem se beneficiado desta assistência, observa-se expressivo aumento da produtividade, alcançando, em alguns casos, a mais de uma tonelada por hectare.

A lavoura do feijão é via de regra consorciada, principalmente com o milho e o café no Centro-Sul, e com o algodão na região Nordeste. Apesar do feijão, por ser uma leguminosa, fixar nitrogênio no solo, a prática da consorciação com outras culturas diminui seu rendimento físico porque reduz a quantidade de nutrientes absorvida pela planta.

O feijão se depara, também, com a concorrência das culturas de exportação. Como ocorre na maioria dos países produtores, a leguminosa é plantada para atender, basicamente, o abastecimento interno. A ausência de comércio internacional expressivo limita as opções de colocação do produto, forçando baixas acentuadas de preço quando a safra é abundante.

O mercado internacional dos produtos concorrentes do feijão no plantio tem sido bastante favorável, principalmente a partir de 72/73. Uma consequência lógica desta situação foi o deslocamento da lavoura de feijão para terrenos mais acidentados, de menor produtividade, liberando os solos mais férteis e planos para a produção de culturas mais rentáveis, como é o caso da soja. Esta substituição não resultou em queda na área plantada, como se observa na Tabela 15.A, e sim, uma redução na produtividade média.

No cultivo do feijão predomina o pequeno produtor, que planta um pouco de soja, arroz, cana-de-açucar e milho, além do feijão. Diante de estímulos de mercado, é comum designar as áreas mais férteis para as culturas mais rentáveis, em detrimento do produto não estimulado. Não é por outra razão que o grande produtor prefere aplicar o seu capital nas culturas de mais alta rentabilidade e maior grau de especialização.

A todas essas considerações, adicione-se o fato do crédito rural ser privilégio dos grandes produtores, que têm suficientes garantias para oferecer. Este quadro explica porque o feijão vem se transformando numa lavoura marginal, cuja produtividade tem se reduzido nos últimos anos. Episodicamente, o Brasil tem recorrido ao mercado internacional, seja para escoar uma safra abundante ou contornar crises de abastecimento. Desde 1964 alternamos importações e exportações de feijão, com ínfima diferença a favor das exportações entre 64 e 76.

TABELA 15.C

BRASIL
FEIJÃO: EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO
1964-1976
Em t

ANOS	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976
EXPORTAÇÃO	—	10	—	2.254	27.925	17.853	741	242	5.585	33	2.327	55.803	18
IMPORTAÇÃO	306	791	15.454	11.770	6.685	1.352	1.747	2.138	1.229	13.893	1.431	—	54.400

Fonte: CACEX, MF e CFP

Elaboração: Grupo de Informação Agrícola

O exame das Tabelas 15.A e 15.C revela que o último ano foi atípico em relação ao período iniciado em 68. Tanto a safra das águas quanto a safra da seca sofreram quebras consideráveis, comprometendo o abastecimento interno. Adicionalmente, o tabelamento existente sobre o feijão preto, induziu a substituição na produção desta variedade pelas de cores, reforçando a escassez do produto. Os elevados preços praticados no mercado paralelo, que chegaram a atingir Cr$ 30,00/kg, levou à substituição no consumo de feijão preto para o de cores, refletindo, também, em preços elevados para este último tipo.

Vale considerar, no entanto, que os problemas ocorridos em 76 vieram, apenas, colocar em evidência a precariedade da estrutura de produção e comercialização da leguminosa, que se vem deteriorando paulatinamente. Observa-se um círculo vicioso, com sementes de baixa qualidade implicando em produtividade reduzida que, por sua vez, contribui à baixa rentabilidade da lavoura frente às culturas de exportações. Assim, ocorre o deslocamento da produção para regiões de menor produtividade, reiniciando-se o círculo.

As perspectivas para este ano não são desanimadoras. O plantio da safra das águas, a ser iniciado entre setembro e outubro na região Centro-Sul, poderá sofrer a influência dos elevados preços praticados no mercado paralelo. Não podemos esquecer, contudo, que faltam ainda duas remessas de feijão importado do México que deverão chegar, possivelmente, durante o plantio. Evidentemente, esta situação poderá ter efeito negativo sobre o ânimo do produtor. Por outro lado, o baixo preço do milho, e os preços cadentes da soja e do algodão, não deverão exercer, no próximo plantio, a mesma influência negativa que tiveram em 1976.

Preocupações com crises de curto prazo, embora de bastante relevância, não deverão contudo obscurecer o fulcro do problema que só se resolverá a longo prazo.

A solução para a lavoura de feijão no Brasil não

pode estar na dependência de quedas no preço e na rentabilidade das culturas de exportação. Há algum tempo, levantou-se a possibilidade de obrigar os produtores de soja à reserva de uma área para o plantio simultâneo do feijão. A proposta parece inviável na medida em que pode elevar as quebras de produção como consequência do "mosaico dourado" acima do paralelo 24. Aventou-se, também, a possibilidade do governo criar um programa de subsídio à produção nacional do feijão, nos moldes daquele que existe para o trigo. Temos dúvidas quanto ao sucesso de um programa desta natureza. O trigo, plantado normalmente em regime de cooperativas, facilita o controle de aquisições do produto pelo governo, ao contrário do feijão cujo plantio é muito atomizado. Além disso, não está claro se o volume de recursos alocados para o programa do trigo tem gerado benefício social condizente com a envergadura do projeto.

Como ponto de partida, devem ser consideradas medidas que visem o aumento de produção através de implementação concreta de uma política agrícola dirigida aos minifúndios, que contemple mais oferta de crédito (ainda que não subsidiado), acesso à orientação técnica, aos insumos modernos, armazenagem e escoamento, e, finalmente, um gradual redimensionamento do tamanho ótimo da propriedade rural.

A atual estrutura distributiva no campo não permite a grande massa de produtores semi-comerciais disputar os benefícios oficiais, que por serem subsidiados, são tanto mais escassos. Em consequência, o feijão - produto desta classe de minifundiários rurais - espelha a desvantagem estrutural que lhes é imposta pelo balanço distributivo vigente, encarecendo o produto desde o momento do seu plantio com sementes degeneradas e processos rudimentares.

Por outro lado, o feijão é mercadoria de consumo das classes menos favorecidas; o seu encarecimento (apesar da tabela) também prejudica o balanço distributivo da riqueza do lado dos consumidores.

Assim sendo, o abastecimento interno de feijão

esbarra em três dificuldades principais: baixa produtividade da cultura, comercialização onerosa e baixo nível aquisitivo de grande parte da população consumidora.

O problema da baixa produtividade só pode ser resolvido através de pesquisa agrícola com o objetivo de melhorar a qualidade das sementes atualmente utilizadas. A este propósito, a EMBRAPA já iniciou um programa de produção de sementes básicas limpas, para posterior multiplicação pelo Serviço de Produção de Sementes Básicas. Além disso, desenvolve um projeto mais ambicioso que objetiva criar variedades mais produtivas e resistentes às doenças com ênfase na adaptabilidade às variações climáticas. As variedades melhoradas só estarão disponíveis comercialmente dentro de 10 a 15 anos. Para que o programa alcance êxito, entretanto, é fundamental que os recursos a ele destinado acompanhe a necessidade da investigação ao longo do tempo e não sofra descontinuidade.

A par da ação da EMBRAPA, cujos resultados só aparecerão a médio prazo, dever-se-ia difundir o uso de sementes, selecionadas eletronicamente, processo que reduz o número de sementes contaminadas. Os resultados obtidos com a utilização destas sementes têm se apresentado suficientemente animadores para se proceder à divulgação maciça de tal prática, cujo custo de processamento é compensado pelo aumento de rendimento físico e qualidade do feijão colhido.

A característica minifundiária da lavoura de feijão tem acarretado excessiva intermediação na comercialização do produto. A consequência deste quadro é, normalmente, o baixo preço recebido pelos produtores quando comparado ao preço pago pelos consumidores. A inacessibilidade do crédito oficial também onera a produção e torna os produtores mais dependentes da ação localmente monopolista dos intermediários. Neste caso, o governo poderia minorar a intermediação existente comprando antecipadamente a produção. A COBAL, por exemplo criaria postos de compra nas regiões produtoras e usaria o preço mínimo como base para concessão de financiamento da colheita futura, que uma vez realizada e entregue ao posto da COBAL, habili

taria o produtor a receber a diferença entre o preço mínimo e o preço de mercado da data de entrega. Posteriormente, far-se-ia a distribuição do produto através dos supermercados. O processo, entretanto, não é compatível com o tabelamento do produto. Além disso, é preciso não desconsiderar os custos administrativos de um programa oficial desta natureza.

Não se justifica, a longo prazo, a intervenção do governo no mercado via tabelamento ou controle das importações. Como se observou no ano passado, a existência de um desenvolto "mercado negro" de feijão, tornou ineficaz a tabela, exceto para a criação de filas e descontentamento popular. A demanda por feijão preto no mercado paralelo autoriza a conclusão de que a liberação do preço do produto não induziria a uma queda significativa no consumo. De qualquer modo, esta liberação deveria se fazer gradativamente para que não houvesse retenção do produto nas propriedades e em mãos dos intermediários, à espera do aumento no preço.

Resta considerar a situação dos consumidores de baixa renda que vem enfrentando uma crescente escalada de preços, iniciada em 76, o que os leva a reduzir gradualmente sua ração protéica. Evidentemente, a liberação pura e simples do preço do feijão preto não significaria limitar o acesso desses consumidores ao produto, uma vez que nas épocas de escassez, o feijão só é encontrado nas áreas urbanas mais pobres e a preços não controlados por tabela.

A rígida manutenção do preço oficial só é conseguida mediante importações suficientemente volumosas, como vem ocorrendo nas últimas semanas. A aquisição do produto no exterior não decorre, quer de considerações a respeito da ração protéica mínima dos consumidores, quer de cogitações acerca da influência de preço de mercado sobre as intenções de plantio dos produtores de feijão. Se a preocupação com a ração dos consumidores fosse proeminente, as importações não seriam acionadas apenas como mecanismo de última instância. Parece prevalecer o controle da balança comercial, embora se saiba que a importação de outros primários "supérfluos" é mais onerosa

Por outro lado, as importações em última instância vêm inundar o mercado interno com bastante atraso quando a entressafra já está avançada e os produtores se preparam para plantar. Os preços caindo em virtude da colocação do feijão importado geram ganho circunstancial aos consumidores mas desestímulo aos produtores. Em consequência, no período seguinte, a uma menor oferta interna, se seguem importações ainda maiores. Como o mercado internacional do feijão é restrito em relação às dimensões da carência nacional, haverá reflexos altistas da cotação externa e menor produção interna. Vê-se, portanto, à falta de uma política harmônica que conjugue os interesses de controle da inflação com os planos de estímulo à produção, ficamos à mercê de importações temporalmente desorganizadas, que tardam e chegam inoportunamente.

Assim, não é exatamente a importação que gera desestímulo ao produtor, mas a falta de sensibilidade sobre o momento adequado de sua realização. Isto ocorre porque os objetivos de política atualmente perseguidos (controle da inflação e das importações) são atividades-meio, e não, as metas finais de melhor nutrição e aumento da produção.

*****
****
***
**
*

COMENTÁRIOS DA QUINZENA

*** CAFÉ

A política do Brasil, de se manter fora do mercado do café esperando a recuperação das cotações, foi favorecida pela situação levemente superavitária da balança comercial no 1º semestre, que permitiu dispensar, pelo menos por alguns meses, a receita cambial oriunda do produto. Nesse ínterim, a Colômbia entrou fortemente no mercado. O esgotamento dos estoques desse país é iminente, só podendo ser recompostos a níveis significativos a partir de dezembro próximo. Este fato também influenciou a posição brasileira.

De setembro (para quando se prevê esgotado o estoque colombiano) até dezembro, ocorreria uma situação de evidente escassez, da qual o Brasil poderia se beneficiar. A previsão inicial seria exportar mais 3,6 milhões de sacas este ano. Porém, em virtude do limitado espaço de tempo, fontes do IBC afirmam que o volume poderá ser bem inferior a essa previsão. A redução do volume exportável não constituiria grande problema, uma vez que,em princípio,não seria má política a formação de estoques, pois a situação de escassez deverá perdurar até que o Brasil recupere seu nível normal de produção por volta de 1980, se não ocorrerem novas geadas. A par disso, o aumento da oferta no futuro próximo tende a rebaixar as cotações de setembro a dezembro. Qual seria a política intertemporal mais adequada?

Se não houver recuperação do mercado em setembro, resta especular se o Brasil terá condições de se privar das divisas provenientes das vendas de café, tendo em vista a situação da balança comercial no final do ano. A expectativa geral parece ser negativa. A atual posição dos importadores é refletida pelos preços de mercado no disponível e para entrega até o fim do ano que, por seus níveis, não

estão incorporando a possibilidade de uma próxima escassez mais acentuada ou, pelo menos, deixam transparecer uma grande confiança no sucesso de medidas como aquela adotada recentemente, pela bolsa de Nova York, visando dificultar novas compras de café para entrega em setembro.

Quanto aos produtores e exportadores brasileiros, suas reivindicações - redução do preço de registro para exportação, e que o IBC se disponha a pagar um preço igual aos vigentes no mercado internacional - evidenciam que o preço de oferta dos brasileiros é compatível com a cotação externa. Assim, segundo os produtores, a hipótese de recuperação do mercado não seria suficientemente forte para justificar os custos de não vender hoje.

Adicionalmente, os pedidos de elevação do valor de referência para empréstimos de comercialização, atualmente em Cr$ 1.000,00 por saca de 60 kg, só aparecem acompanhados de alusões à não concessão daquelas reivindicações. Esses financiamentos estariam sendo encarados não como solução, mas como um remédio aplicável na falta de outros. Os produtores e exportadores estariam sendo obrigados a arcar com os custos de realização das metas governamentais de controle da balança comercial e inflação, e, por não acreditarem que estas se concretizem, não estão dispostos a se associarem às consequências de um possível fracasso. Realmente, um acordo entre cafeicultores e governo parece remoto, na medida em que este não pretende sacrificar suas metas em relação à balança comercial (o imediato retorno ao mercado internacional através de redução do preço de registro, implicaria em queda das cotações, comprometendo a política de sustentação de preço a médio prazo) nem com relação à política anti-inflacionária, o que também elimina a hipótese de compra do produto pelo governo a preços mais elevados.

Além disso, a hipótese do IBC refazer seus estoques é incongruente com as tentativas, novamente em discussão, de criação de um fundo internacional para estabilização dos preços do café, do qual os produtores e consumidores participariam financeira

mente. Se a última idéia vingar, o Brasil se verá livre, não só dos pesados custos de manutenção de estoques oficiais, como principalmente da posição que detinha, até pouco, de único grande detentor de estoques, o que tanto beneficiou nossos concorrentes e importadores.

No mercado internacional, parece consubstanciar-se um jogo de resistências. Por um lado, os consumidores estão apostando que, apesar de reduzida, a disponibilidade internacional será suficiente para atender às necessidades, por um período superior àquele em que o Brasil poderá se manter fora do mercado internacional. Para tal, medidas visando desaquecer o mercado, como a adotada pela bolsa de Nova York, desepenham papel fundamental. Quanto ao Brasil, caso a escassez não se reflita sobre os preços do café em tempo hábil, a posição superavitária da balança comercial estará comprometida, uma vez que os preços vigentes de nossos principais produtos de exportação estão significativamente abaixo das cotações que serviram de referência às esperanças de superávit.

*** SEMENTES DE SOJA

O mercado de sementes melhoradas do País ainda se encontra em fase de estruturação. Do lado da produção, exceto soja e trigo, todas as demais culturas carecem de sementes selecionadas em quantidade e qualidade suficientes para as necessidades de plantio. Em alguns casos, a deficiência é flagrante, o feijão sendo o exemplo mais notável: menos de 1% das sementes são selecionadas.

Mas não é somente no plano da produção que se revela a precariedade da oferta de sementes melhoradas. Sua comercialização encontra-se também eivada de distorções. Por deficiência de fiscalização, há no comércio sementes que, na prática, não respondem às especificações escritas na embalagem. Em determinadas áreas, persiste a venda de sementes sem os prévios ensaios experimentais de adaptabilidade às condições ecológicas.

No caso específico da semente de soja para a sa

fra 77/78, os problemas que afloram no momento induzem-nos a algumas considerações sobre a sua repercussão sobre a produtividade da cultura, e por conseguinte, na quantidade produzida na próxima safra.

Não levando em conta o deslocamento de sementes de uma região para outra (inadaptadas a sua ecologia), basicamente dois fatos devem trazer reflexos para a cultura: o primeiro refere-se aos altos preços da semente em relação aos da safra 76/77 (incrementos em torno de 82% no RS e 67% no PR); o segundo diz respeito à redução do percentual de germinação de 80% para 70%.

Na parte referente ao preço da semente de soja, a explicação corrente se prende a dois aspectos: 1) a relação entre a cotação do grão na época da colheita e a expectativa de preços para a safra seguinte; 2) a diferença entre a época em que o preço da semente é definido pelas cooperativas e a época em que estas vendem as sementes aos produtores de grão.

Obviamente, um sistema de formação de preços de semente baseado em expectativas sobre um futuro incerto (isto é, o preço do grão na safra seguinte) implica na permanente possibilidade de prejuízo por parte do intermediário de semente, quando este adquire o produto na alta, para depois ser obrigado a vender na baixa. Ocorre que o preço da semente a ser vendida ao sojicultor, foi determinado na época em que a cotação do grão era superior a Cr$... 200,00/saca 60 kg. Fontes paranaenses afirmavam, no final de abril deste ano, que haveria escassez de semente se persistisse a diferença entre a saca de grão (Cr$ 250,00) e a saca de semente (Cr$ 180,00). Esta distorção advinha do fato do mercado estar impondo um grande ágio à escassez do grão enquanto o preço da semente continuou sob o efeito da expectativa baixista das cotações para a próxima safra 77/78. Como a semente pode ser vendida como grão, o ágio deste sobre a semente na atual safra influiu na redução das disponibilidades para o plantio 77/78. Em resumo, o ágio pretérito do grão sobre a semente originou o presente ágio desta sobre aquele.

Depreende-se assim, a necessidade de reformulação da sistemática de formação de preços das sementes, em que os custos de produção da safra seguinte passem a ser considerados como referência básica, e a cotação do grão no mercado à época de compra da semente figure como influência apenas subsidiária.

Sabemos, contudo, que a tendência natural do produtor-cooperado será sempre a alienação da semente como grão, toda vez que for compensador. Neste caso, a reformulação seria no sentido de conceder ao produtor de sementes, garantias especiais de preço antecipado e ampla disponibilidade tecnológica. Dele se exigiria, em contrapartida, o cumprimento do preço pré-determinado, sob pena de suspensão do seu registro caso incorresse na venda de sua semente no mercado de grãos, diante de uma alta circunstancial do preço.

Outro ponto - redução da capacidade germinativa da semente - apresenta acentuada importância porque acarreta um aumento da quantidade de sementes no plantio, para se obter a mesma população de plantas por unidade de área, cuja consequência é um aumento do custo unitário de produção. Como apenas a parte mais esclarecida dos lavradores, alertada para a questão do "stand" mais rentável da cultura, regulará suas máquinas para que semeiem maior quantidade de sementes, os custos de produção da maioria dos produtores tenderá a se elevar ainda mais, em virtude do uso ineficiente de semente. No momento atual, o recurso à semeadura de grãos pode constituir-se numa alternativa para o produtor. Resta saber em que magnitude esse recurso de última hora poderá resultar em queda da meta de produção para o próximo ano, afetando uma balança comercial 78 já comprometida.

*** SOJA

A poucos dias da entrada no mercado da nova safra norte-americana de soja, é com apreensão que nossos produtores encaram as perspectivas que se lhes colocam para os próximos meses.

Os preços futuros negociados em Chicago apresentam trajeto declinante motivado pela expectativa de uma grande safra, mostrando pequena recuperação das cotações apenas no começo de 1978, quando a quase totalidade da produção norte-americana já terá sido comercializada.

Embora não se vislumbrem possibilidades de recuperação nas cotações internacionais, recentes informações divulgadas pela American Soybean Association (ASA) contradizem as últimas estimativas de plantio efetuadas pelo USDA. Em outra oportunidade já sublinhamos o caráter aparentemente político (embora ocasional), das estatísticas elaboradas pelo USDA, de reconhecida influência sobre os diferentes mercados agrícolas. Assim é que, em três avaliações informais, a ASA calculou em 10,3% o incremento do plantio de soja nos EUA, em comparação com a última estimativa de 17% efetuada pelo USDA em 23/6.

A hipótese que admite a veracidade do número apresentado pela ASA em meados de agosto, desdobra-se na suposição de uma colheita bem menor, em torno de 39,8 milhões de t implicando em que a produção recorde de 1975 (42,1 milhões de t) ainda não venha a ser superada.

Neste pôquer de estimativas, nem sempre os órgãos oficiais americanos estarão blefando; a ASA teria um interesse todo especial, à entrada da safra de seus associados em reavaliar para baixo as expectativas de colheita, numa tentativa de operar uma ressurreição de preços. Esta seria a primeira peça de raciocínio. A outra consideração envolveria ponderar que, mesmo estando o USDA correto quanto ao volume da safra americana, o estoque remanescente desta safra é bem inferior ao do ano passado e não há indício de retração da demanda pelos derivados de soja. Assim sendo, os preços atuais já seriam um reflexo mais ou menos exato das expectativas de uma grande safra americana.

Finalmente, resta saber como melhor conduzir

os interesses do Brasil no âmbito das estimativas internacionais sobre soja. Não seria conveniente que tivéssemos uma política harmônica de declarações sobre safras? Em particular, as recentes previsões de crescimento de 8 a 10% da próxima colheita brasileira, alardeadas por alguns de nossos órgãos oficiais, geram uma expectativa baixista no mercado. Estimativas precipitadas ferem os interesses dos produtores brasileiros que, neste ano mesmo, ainda precisam fixar preço para sua safra numa péssima hora, à entrada da colheita americana. A vontade de transparecer sábia antecipação e controle de nossa realidade futura pode, às vezes, envolver elevados custos ao setor produtivo.

*** TEXTEIS

A colocação no mercado interno da produção têxtil brasileira tem sido dificultada pela gravosidade que sua matéria prima - o algodão em pluma - tem apresentado nos últimos tempos. Isto ocorre devido à perspectiva de uma grande safra mundial (de 57,8 milhões de fardos em 76/77 evoluindo para 64,0 milhões nesta temporada) conjugada com um crescimento apenas lento da demanda por pluma (de 61,6 milhões de fardos em 76/77 para 62,0 milhões em 77/78), o que tem condicionado queda nos preços internacionais relativamente aos preços internos do algodão de melhor qualidade.

Em vista de tal situação, tem sido difícil a venda de tecidos de melhor qualidade no mercado interno, devido aos seus elevados custos, o que provavelmente forçará as indústrias têxteis a auferir um lucro menor, pois é destas vendas que se obtêm normalmente as maiores margens de ganho. Além disso, o CIP resolveu obrigar a redução de preço de alguns produtos têxteis, tais como fios e tecidos de algodão, cujo decréscimo foi de 24,3% e 12% respectivamente, sob a alegação de os preços internos do algodão de pior qualidade terem acusado declínio. Isto, por outro lado, poderá acarretar um aumento de vendas de tecidos de pior qualidade. No entanto, tal aumento decerto não poderá cobrir as perdas nas margens de lucros das

vendas de têxteis de melhor qualidade.

Tal quadro de relativa estagnação da produção têxtil nacional fica tanto mais grave quanto se sabe que colhemos uma grande safra no Centro-Sul e já se aproxima outra de excelente desempenho no Nordeste. Não obstante, como revelam os índices seguintes , a absorção desse estoque é lenta. De acordo com os indicadores elaborados pela FIBGE houve um decréscimo de 0,82% no índice de produção têxtil no primeiro semestre deste ano em relação ao mesmo período do ano passado. De outro indicador econômico infere-se que houve um decréscimo de 3,65% no consumo de energia elétrica pelas indústrias têxteis situadas na Região Rio-São Paulo no primeiro semestre deste ano, em relação ao mesmo período do ano passado.

Por outro lado, a Sondagem Conjuntural do CEI/IBRE/FGV, mostra que o volume de produção observado no 2º Trimestre de 77 permaneceu entre alto e estável e sua previsão para o 3º Trimestre é de certa estabilidade. Considerando que a produção tende a crescer neste período, a expectativa do setor não reflete otimismo. Esta mesma fonte revela elevada probabilidade de aumento no nível de estoques. Nisto deve ter influido o último inverno quente. Pode-se, então, inferir das informações acima que o volume de estoques para o 2º Semestre deste ano aumente, principalmente para tecidos de melhor qualidade, enquanto se espera estabilidade ou possível queda no volume de produção têxtil.

A fim de encontrar uma solução para seus problemas, a indústria tem utilizado como alternativa, para conter seus custos de fabricação de tecidos de melhor qualidade, o sistema "draw-back". Importando pluma para posterior re-exportação sob a forma de fios e tecidos, a indústria tem conseguido, finalmente, forçar a convergência do preço nacional de pluma ao nível das cotações internacionais. Esse mecanismo funciona desde que se possa garantir o mercado importador dos fios e tecidos nos EUA e CEE, cujo atendimento pelo Brasil tem sido normal esse ano. Entretanto, sob a ameaça de significativos cortes na quota de exportação brasileira a essas regiões, romper-se-ia o es

quema de "draw-back". Resta aventar a hipótese, tida por absurda, de transformar o Brasil num país importador de pluma também para seu consumo interno.

Tal indefinição prejudicará ainda mais as intenções de plantio do algodão meridional, a iniciar-se neste mês, para a safra brasileira 77/78.

*****
****
***
**
*

NOTAS ESTATÍSTICAS

Na redução da produtividade média da cultura de feijão no Brasil, os deslocamentos da lavoura para regiões menos férteis têm, certamente, participação fundamental. Estas Notas pretendem avaliar as variações de área colhida que vêm ocorrendo a partir de 1968, na tentativa de evidenciar sua importância em relação às quedas de rendimento físico observadas neste período.

A Tabela 15.D a seguir apresenta a área colhida de feijão nas regiões Norte-Nordeste e Centro-Sul, a participação na área total e o rendimento físico médio nestas regiões. Examinando-se os dados, é possível perceber a redução no rendimento do país a partir de 73. Com o objetivo de avaliar a influência do período 73-76 sobre todo o período 68-76, calculamos o crescimento anual de 68-69/72-73 e o de 68-69/75-76. Os resultados alcançados permitem observar que:

- o crescimento anual da área colhida para a região Norte Nordeste e para o Brasil é maior no período 68-69/72-73 que no período 68-69/75-76. indicando claramente a influência negativa do Nordeste no quadriênio 73-76. O crescimento anual da área no Centro-Sul, por sua vez, se manteve estagnado;
- o crescimento anual do rendimento físico para as duas regiões e para o Brasil é menor para o período 68-69/75-76 que para o período 68-69/72-73.

É possível inferir destes resultados que a lavoura do feijão tem sido deslocada para áreas menos propícias, tanto na região Norte-Nordeste quanto na região Centro-Sul. No primeiro caso, este processo foi acelerado nos últimos anos, a partir de 1973 e a queda tem sido de tal ordem que implicou em redução significativa da produtividade brasileira. No segundo caso, o rendimento físico,

que era praticamente constante, também foi afetado negativamente pelo período 73-76.

Evidentemente o uso de terras menos férteis não é a única explicação para a redução da produtividade. Não podemos desconsiderar a contínua degenerescência genética das sementes usadas na produção de feijão. A utilização de sementes melhoradas provavelmente modificaria o quadro, pelo menos reduzindo a influência climática negativa dos anos 73-76 no rendimento físico brasileiro.

TABELA 15.D

FEIJÃO - ÁREA E RENDIMENTO FÍSICO - 68/76

kg/ha - [redacted] ha

REGIÃO / ANO	NORTE E NORDESTE		CENTRO E SUL		BRASIL	
	ÁREA	RENDIMENTO FÍSICO	ÁREA	RENDIMENTO FÍSICO	ÁREA	RENDIMENTO FÍSICO
1968	1.580.216	570	2.083.085	729	3.663.301	660
1969	1.521.351	545	2.111.913	649	3.633.264	605
1970	1.217.741	358	2.267.037	771	3.484.778	635
1971	1.611.126	605	2.325.155	736	3.936.281	683
1972	1.622.862	537	2.318.172	778	3.941.034	679
1973	1.697.625	520	2.117.037	635	3.814.662	584
1974	1.498.973	446	2.663.852	589	4.162.825	537
1975	1.674.312	444	2.302.966	663	3.977.278	570
1976	1.688.456	241	2.349.178	610	4.037.634	456
Crescimento Anual 68-69/72-73	+ 1,72%	- 1,33%	+ 1,40%	- 0,63%	+ 1,54%	- 0,04%
Crescimento Anual 68-69/75-76	+ 1,16%	- 6,72%	+ 1,49%	- 1,13%	+ 1,35%	- 2,95%

Fonte: FIBGE, CEPLAU PARANÁ E CFP-RIO E BRASÍLIA

Elaboração: Grupo de Informação Agrícola

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativos e social, e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 - Caixa Postal: 9.052 - ZC-02
Tel: 266-1512
CEP: 20.000 - Rio de Janeiro - RJ

CONSELHO DIRETOR

Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Alberto Sá Souza de Brito Pereira, Carlos Medeiros Silva, Eugenio Gudin, José Joaquim de Sá Freire Alvim, Isaac Kerstenetzky e Octávio Gouvêa de Bulhões.

CONSELHO CURADOR

Presidente: Maurício Nabuco
Vice-Presidente: Alberto Pires Amarante
Membros: Aldo Batista Franco, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antônio Garcia de Miranda Netto, Antônio Ribeiro França Filho, Apolônio Jorge de Faria Salles, Celso Timponi, Cesar Reis de Cantanhede e Almeida, Estado de São Paulo - representado por: Murilo Macedo, Francisco Montojos, Heitor Campello Duarte, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, João Carlos Vital, Joaquim Bertino de Moraes Carvalho, José de Nazaré Teixeira Dias, Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rafael da Silva Xavier, Rubens D'Almada Horta Porto e Theodoro Arthou.

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA

Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Membros: Eugenio Gudin, Ângelo Jorge de Souza, Janes Angelo de Souza, Julian Magalhães Chacel e Mário Henrique Simonsen.
Assessor de Direção: Jorge Kingston

DEPARTAMENTO DE ENSINO

Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Carlos Geraldo Langoni

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS

Diretor: Julian Magalhães Chacel

Divisão de Contabilidade Social

Diretor: Ângelo Jorge de Souza

Centro de Contas Nacionais – Ralph Miguel Zerkowski
Centro de Estudos Fiscais – Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais – Eden Gonçalves de Oliveira

Divisão de Estatísticas e Econometria

Diretor: Janes Angelo de Souza

Centro de Estudos Agrícolas – Silvio Wanick Ribeiro
Centro de Estatística Econômica – Roberto Maia de C. Abib
Centro de Processamento de Dados – Eugenio Decourt